



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Escolas e intolerância religiosa: Crianças de Axé e discriminações enfrentadas no ambiente escolar**

**Hyago Werner Almeida Silva**

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Wagner Lins Lira.

**Recife,**

**2021**

# **CRIANÇAS DE AXÉ E DISCRIMINAÇÕES ENFRENTADAS NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Hyago Werner Almeida Silva**

Estudante e 1º autor do TCC da Licenciatura em Pedagogia  
UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

E-mail: hyago.werner@yahoo.com.br

**Wagner Lins Lira**

Professor Orientador e Co-autor do TCC da Licenciatura em Pedagogia  
UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

E-mail: wagneip79@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo apresenta um recorte das pesquisas bibliográficas que versaram sobre investigações acerca do dia a dia das crianças de Axé em ambientes educacionais. Neste sentido os estudos apontam para uma gama de discriminações, intolerâncias e agressões sofridas pelas mesmas, justamente, em espaços que têm por objetivo essencial o de ensinar, tolerar e respeitar as diferenças em prol do exercício inclusivo e multicultural. O texto em tela reforça a importância destes estudos e esforçam-se diante da efetiva aplicação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório - no currículo da Educação Básica - o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira. Através das pesquisas realizadas foi possível obtermos informações aprofundadas sobre pensamentos e teorias de autores e autoras, com base no tema estudado, para que assim nos fosse possível aprofundar na compreensão do objeto principal de pesquisa, para que, com isso, pudéssemos analisar teoricamente, quais são os fatores que conduzem à intolerância religiosa em ambientes escolares. Por outro lado, este exercício nos fez compreender as reações e as estratégias elencadas pelas crianças de Axé, diante de atos de intolerância religiosa na escola. Por seu turno, a pesquisa bibliográfica mostrou-nos o quanto as políticas públicas influenciam no dia a dia da sociedade, tanto dentro, quanto fora das escolas, pois reforçam a importância da tolerância para com múltiplos saberes, crenças, sujeitos e fazeres, pois educação para as relações étnico-raciais - uma vez o exercício perene da intolerância religiosa - mostra-se enquanto estratégia de importante relevância, quando falamos de

exequíveis modelos pedagógicos de enfrentamento e erradicação das discriminações enfrentadas pelas crianças de Axé.

**Palavras-chave:** Racismo Religioso, Racismo nas Escolas, Educação das Relações Étnico-Raciais.

## INTRODUÇÃO

Em 2003, na primeira gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em escolas públicas e privadas, nos dois níveis de ensino da Educação Básica; o Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 2003). Uma Lei, que possibilita ampliar conhecimentos acerca da cultura Africana e Afro-Brasileira e que pode e deve ser utilizada a favor da tolerância religiosa, fazendo parte de um conjunto de outras Leis que sustentam as políticas públicas voltadas às ações afirmativas para reconhecimento e inclusão dos saberes e dos fazeres das pessoas negras, que sofrem historicamente com diversos tipos de opressões e preconceitos, dentre os quais destacamos o racismo religioso (FILIZOLA, 2019).

Sabe-se que no Brasil, as religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras são “demonizadas” e desrespeitadas, por mais que saibamos do princípio constitucional da laicidade do Estado Nacional, a sociedade brasileira - por ser de grande maioria cristã e intolerante - tende a discriminar adeptos de religiões de origem Africana e Afro-Brasileira (SANTOS, 2017).

Ao perceber certos tipos de comportamentos dentro de casa - com os familiares - as crianças costumam repetir as ações e concepções dos adultos, de modo que muitas vezes reproduzem no ambiente escolar o que vivenciam dentro de suas casas, assim como falas e ações racistas, preconceituosas e intolerantes (SCHERER, 2013).

Ao levar para o ambiente educacional o que é vivido dentro de casa é possível que ocorra - diariamente dentro das instituições de ensino - crianças sendo vítimas do racismo religioso, na medida em que algumas vezes os agressores são aqueles alunos, que, por sua vez, reproduzem comportamentos inadequados compactuados em família. Muitas vezes, o

agressor, inclusive, ocupa lugar de referência na escola, podendo ser professores, gestores e/ou equipe de funcionários das instituições de ensino (BAKKE, 2011).

Historicamente o sistema educacional brasileiro apresentou sérias dificuldades para lidar democraticamente com as diferenças, uma vez que a pluralidade tende a sempre ser silenciada e neutralizada, pois as pessoas sentem-se mais confortáveis com a homogeneização e com a padronização (MOREIRA; CANDAU, 2003). Os atuais estudos na área de Educação indicam que as intolerâncias tendem a ocorrer entre alunos e familiares adeptos de religiões eurocêntricas de base cristã, dentre as quais o catolicismo e o protestantismo em suas vertentes extremistas e neopentecostais (FILIZOLA, 2019).

Sendo assim, tais movimentos estipulam uma atmosfera de violência, intolerância, ódio e fanatismo, de modo que os adeptos enxergam suas crenças como únicas e corretas (SILVA, 2019). Devido à falta de conteúdos e políticas efetivas - voltados ao ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira - as instituições educacionais que, por sua vez, têm como objetivo constitucional o de tornar e formar o cidadão em um ser tolerante, consciente e acolhedor acabam-se tornando ambientes propícios às práticas racistas, discriminatórias e intolerantes (SILVA, 2019).

Diante do exposto a presente revisão bibliográfica tem por objetivo identificar e analisar - a partir de referenciais teóricos- o surgimento de questões acerca do racismo religioso perpetrado no ambiente escolar contra as crianças de Axé. Neste sentido, visamos compreender - por meio dos referenciais- quais são os fatores que conduzem à intolerância religiosa em ambientes escolares para que, assim, possamos problematizar os sentimentos, as reações e as estratégias elencadas pelas crianças de Axé, diante de atos de intolerância religiosa na escola. Ao mesmo tempo, pretendemos - a partir dos estudos consultados - refletir sobre o papel de alunos, familiares, corpo docente e funcionários da educação para a perpetuação destas práticas na escola.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Relação Escola e Crianças de Axé

Presente desde a educação infantil, a intolerância religiosa contra as crianças de Axé nos mostra o quanto precisamos aperfeiçoar as práticas inclusivas e transformadoras nos ambientes educacionais, justamente, quando o assunto gira em torno da pluralidade religiosa, pois as crianças acabam sendo vítimas do racismo exercido por vários agressores, dentre os quais professores, alunos, gestão, mas também os materiais didáticos e demais práticas educativas (SOUSA, 2010).

Contudo, é necessário entender que as diversidades, dentre elas a religiosa, fazem parte da complexidade da condição humana (FILIZOLA, 2019). No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, por exemplo, são expostas questões que têm como princípio norteador o respeito e a dignidade dos direitos das crianças, considerando e respeitando suas especificidades (BRASIL, MEC/SEF, 1998).

Os adeptos de um modo geral, entre eles as crianças que possuem vínculos com religiões de matriz africana, são as que mais são vítimas do racismo religioso, com isso são as mais perseguidas dentro das escolas e sofrem constantemente com o *bullying* devido ao seu pertencimento religioso (FILIZOLA, 2019). Sabemos que as crianças do Axé sentem orgulho de sua religiosidade. Um sentido de pertencimento fomentado e ensinado dentro do Terreiros.

Porém, quando chegam às instituições de ensino sentem-se discriminadas, chegando a omitir sua vinculação religiosa - de matriz africana e afro-brasileira - dos professores e dos colegas, pois elaboram estratégias e táticas cotidianamente no intuito de evitar sofrimentos e preconceitos, escondendo sua fé. Normalmente as crianças do Axé afirmam-se católicas, protestantes ou de qualquer outra crença, desde que não seja de origem Africana e ou Afro-Brasileira.

De acordo com Stela Guedes Caputo (2012) a discriminação ocorre em todos os espaços da sociedade, porém a escola é “o pior deles” (CAPUTO 2012). Em suas pesquisas de doutorado - trabalhadas no livro: “Educação nos Terreiros e como as escolas se relacionam com crianças de

Candomblé” - Caputo (2012), ao entrevistar uma das várias crianças, escuta a seguinte fala: “(...) *eu quero ser crente. Na escola só gostam dos alunos crentes!*”(CAPUTO 2012, p. 197).

Um depoimento advindo de uma criança que nasceu e estava sendo criada dentro da tradição do Candomblé, além de ser neta de uma Iyalorixá, ou seja, possível sucessora ao Trono de Yansã, onde sua ancestralidade vem desde o nascimento, sentindo-se obrigada a renegar sua fé, tendo vontade de abandonar a religiosidade para ser bem recebida e acolhida na escola(CAPUTO 2012).

Sabemos que a compreensão das particularidades estimula e fortalece o processo de garantia dos direitos humanos. Compreensão ampliada, que exige a elaboração de práticas pedagógicas pautadas na diversidade e promovendo o respeito de forma acolhedora. Por este ângulo, Candau & Moreira (2008, p. 83) afirmam que a equipe escolar precisa:

Entender a dimensão do conflito e repensar a prática pedagógica com base nele, no sentido de exercitar uma postura ética poderá nos apontar para a liberdade, e não para o aprisionamento do sujeito no preconceito, na desigualdade, na discriminação e no racismo.

A partir do momento em que a escola exclui um aluno por conta da religiosidade ela acaba perdendo de vista sua principal função que é de ensinar e formar o cidadão em sua completude e criticidade. Nesta perspectiva, quando um aluno adepto do Candomblé é discriminado ele acaba sendo prejudicado em diversos aspectos, entre eles o da não identificação positiva da própria raça e de sua religiosidade (CAPUTO, 2012).

As pesquisas indicam que a “*falta de informação*” - decorrente de movimentos retrógrados promovidos por paradigmas coloniais, patriarcais e racistas (FILIZOLA, 2019) - ocasionam inúmeras situações de violência, tornando as escolas ambientes indesejáveis e hostis. E é neste sentido - diante do esforço de reduzir e enfrentar os efeitos perversos do racismo e de outras discriminações correlatas - que professores e discentes precisam aprender a conviver com a diversidade, precipuamente, religiosa, tendo em vista a necessidade de erradicação dos preconceitos (SOUSA, 2010).

Reflexões transformadoras e contra-hegemônicas, que podem auxiliar no fomento e manutenção do respeito mútuo, pois salientamos que a desinformação sistematizada acerca desta e de outras temáticas é um elemento estrategicamente operante e predominante no tecido social, cujo objetivo maior é a rejeição a partir do rechaço da diferença. Assim compreendemos - a partir de Coelho (2016,p. 11), que:

O racismo, o preconceito afro-religioso e a quase completa desinformação histórica a respeito do tema, infelizmente, ainda é predominante na cultura escolar de grande parte das instituições escolares públicas brasileiras, gerando uma aversão/rejeição sistemática tanto direcionada a docentes/discentes adeptos da Umbanda e do Candomblé, bem como à sua abordagem em sala de aula.

Assim, a escola que deveria ser um ambiente de aprendizagem, acolhimento e respeito mútuo, com o objetivo de promover o convívio com as às diferenças, a liberdade de expressão, a alteridade e, sobretudo, a garantia dos direitos humanos -, torna-se um local com características hostis, surgindo inúmeros conflitos, que precisam ser mediados, assim a escola trava uma batalha diária na luta pela igualdade (SILVA, 2019).

Ancorado nas reflexões de Coelho (2016), Filizola (2019, p. 23) afirma que as características Africanas e Afro-Brasileiras pesam negativamente e contribuem para a o aumento do racismo sofrido pelo aluno em ambiências escolares:

Atribuir características negativas a algum grupo étnico/racial ou agir no intuito de inferiorizá-lo são expressões de racismo. Também podemos perceber racismo religioso, quando uma escola discrimina ou permite comportamentos discriminatórios com alunos/as oriundas de religiões de matrizes africanas por exibirem algum traço de pertencimento religioso que esteja fora do padrão das religiões cristãs. Isso acontece porque grande foi e é a influência da igreja católica, somando-se hoje, as igrejas protestantes, em especial, as neopentecostais, que associam as culturas africana e afrobrasileira à figura do diabo/demônio. (FILIZOLA, 2019, p. 23)

### **A escola e a Lei 10.639/03**

Quando falamos em história e cultura Africana e/ou Afro-Brasileira nas escolas, sempre nos deparamos com docentes e discentes,

remetendo tais temáticas às questões voltadas unicamente ao processo de escravização, ocultando toda trajetória de luta do povo negro, resumindo toda a história do Continente ao período escravocrata (CRUZ, 2017). Sobremaneira, são deixados de lado elementos das culturas, as histórias das civilizações, assim como as condições políticas e econômicas, incluindo as religiosidades que movem os povos africanos (CRUZ, 2017).

Por este ângulo, é que precisamos - do ponto de vista científico e docente - dar visibilidade positiva a essas culturas e histórias. Neste sentido, Trindade (2008, p. 6) assinala que:

Se a África é o berço da humanidade, no mínimo, o Continente Africano produziu e produz um imenso patrimônio sócio- histórico e cultural, entendendo cultura no seu mais amplo sentido, no qual estão envolvidas arquitetura, ciência, engenharia, medicina... No entanto, lamentavelmente para todos os seres humanos, a escravatura e o racismo nas suas nuances e atualizações, vêm colocando a riqueza deste Continente na subalternidade, na invisibilidade.

A Lei 10.639/03 - como já afirmamos - busca trabalhar com a História e a Cultura dos povos Africanos e Afro-Brasileiros, representando uma ferramenta eficaz para enfrentamento e combate aos diversos tipos de racismo - principalmente o racismo religioso- em ambiências escolares (OLIVEIRA, 2014). Sobre a criação, intuito e alcance desta lei, Bakke (2011, p.4) indica que:

A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro Brasileira nos estabelecimentos escolares do país. A partir disso, as religiões Afro Brasileiras começaram a ser abordadas em sala de aula, como parte de um conjunto de práticas e valores de origem africana importante no desenvolvimento da população negra no Brasil (BAKKE, 2011)

A promulgação da 10.639/03 representa, antes de tudo, uma vitória dos movimentos sociais negros, que, desde a década de 1970, vêm se organizando e reivindicando a adoção de políticas públicas de ação afirmativa, em especial, na área da educação, mas que precisam de concisos movimentos para sua aplicabilidade (SOUSA, 2010). Para Bakke (2011), enquanto as práticas pedagógicas escaparem desta e de outras leis voltadas



à convivência na diversidade, os diversos tipos de racismo - dentre eles o religioso - permanecerão presentes nas escolas.

Movimentos contra-hegemônicos, que reforçam o fato de que toda comunidade escolar precisa contribuir efetivamente para a desenvoltura de processos pedagógicos, no intento de elencar nos currículos conteúdos inclusivos capazes de ampliar o acesso aos conhecimentos acerca da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira como previsto pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira:

Institucionalizar as Diretrizes Curriculares e fazer cumprir a Lei; colaborar e contribuir para a construção de políticas públicas e processos pedagógicos que possibilitem a implantação da Lei; promover a pesquisa e publicação de livros didáticos e paradidáticos voltadas para a temática étnico-racial; construir indicadores que permitam a avaliação do processo de implantação e criar uma agenda propositiva (MEC, 2009, p. 23)

Mesmo o Plano Nacional de Educação (PNE), prevendo a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, detectamos que os materiais didáticos disponíveis ainda deixam a desejar em seus conteúdos, pois ainda se apresentam de maneira vaga e limitada, mantendo-se em estado continuado de construção (OLIVEIRA, 2014). Neste sentido, os professores e os gestores da educação possuem dúvidas de como, em quais disciplinas e quando trabalhar os conteúdos envolvidos da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira (OLIVEIRA, 2014).

Uma vez que tais conteúdos precisam constar na grade programática de ensino inerente ao Projeto Político Pedagógico (PPP), pois norteiam o que será trabalhado durante todo o ano. Nesta perspectiva, a comunidade escolar fica perdida e sem saber o que fazer, de modo que estes conteúdos são “trabalhados” muito superficialmente, além de ficarem reservados a determinadas datas históricas, a exemplo do 13 de maio (Abolição da escravidão no Brasil) e o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) (BAKKE, 2011).

A inoperância, diante da aplicabilidade da Lei - como já indicamos - faz com que todas as formas de racismo se façam presentes na sociedade e na escola, contribuindo com a propagação das discriminações e preconceitos, mesmo passado quase duas décadas de sua implantação pouco se fala e pouco se tem notícias sobre trabalhos desenvolvidos e aulas aplicadas com base na 10.639/03 (OLIVEIRA, 2014). As pesquisas vêm demonstrando que se a Lei tivesse sido colocada em prática - de forma mais efetiva e sistematizada - desde sua implantação no ano de 2003, os casos de racismo religioso nas escolas poderiam ter diminuído, tal qual elencado por Filizola (2019, p.23):

Passados mais de dez anos da implantação da Lei nº: 10.639/2003, que alterou a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, percebe-se, ainda, uma grande dificuldade de aplicá-la nas escolas devido às resistências preconceituosas da cosmo percepção africana e afro-brasileira na sociedade, que por sua vez, foi e é alicerçada numa lógica cultural eurocêntrica e cristã. Essa é valorizada em relação àquela. A produção e vivência da cultura afro-brasileira, conhecimento sobre o Continente Africano, seus povos, a diáspora e o papel da religião como elemento de resistência até os dias atuais, entre outros, são assuntos que merecem ser analisados, discutidos e vivenciados no ambiente escolar. Acreditamos que, com a implementação dessa Lei, poderemos ver uma diminuição do racismo religioso na escola com crianças de Candomblé.

Sendo assim é que os professores encontram muita dificuldade para abordar conteúdos da referida Lei, pois são muitos os preconceitos, quando se fala das questões voltadas aos elementos religiosos inerentes ao povo africano e afro-brasileiro. Falar dos Orixás, em sala de aula, para muitos professores, ainda é algo visto como uma afronta às religiões das crianças, que na maioria das vezes, são Católicos ou Evangélicos. Preferem calar-se e assim contribuir com a falta de informação a respeito da diversidade religiosa e da verdadeira história do povo Africano e Afro Brasileiro. (SANTOS, 2016).

## **As crianças e os terreiros**

Nos Terreiros, assim como os adultos as crianças de Axé são desde muito cedo socializadas e iniciadas nos preceitos litúrgicos, participando ativamente dos rituais, assim como compartilhando segredos, formas de fazer, de cuidar, de ser e de existir (CAPUTO, 2012).

Dentro dos Terreiros elas vivem em constante processo de aprendizagem, diga-se de passagem, não apenas durante os rituais, pois em tais espaços sagrados elas aprendem dogmas, códigos, formas de se comportar, costumes e doutrinas compactuados pelas religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras (LIRA; FERREIRA, 2018). Nesta perspectiva, Barros (2001, p. 96) - ao refletir sobre questões condizentes ao aprendizado nos Terreiros - demonstra que :

O aprendizado é produto da vivência e de um processo iniciático que se concretiza através da transmissão oral do saber (...) Aprender a cantar corretamente, dançar bem e pronunciar com precisão as diferentes saudações dirigidas aos mais velhos e aos Orixás é o trabalho a que se submetem os que pretendem conhecer e vivenciar a religião dos deuses africanos.

Assim, é bastante comum, que dentro dos Terreiros as crianças aprendam comportamentos básicos de conduta - exercidos, tanto dentro, quanto fora dos espaços sagrados (LIRA; FERREIRA, 2018) - , aprendendo a viver em coletividade e elaborar estratégias de bem viver no mundo cotidiano apesar dos inúmeros desafios impostos pela vida social fora das Casas de Axé. Aqui também aprendem as devidas estratégias de como se portar em casos de intolerância voltadas contra elas no mundo ordinário (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2014). Em outras palavras, os autores demonstram que nos Terreiros, as crianças se empoderam, tornando-se fortes e resilientes (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2014).

Formas inclusivas, complexas e criativas de conviver no mundo e experienciar o sagrado, que precisam ser desmistificadas e respeitadas para além dos espaços sagrados, incluindo a escola em seu dever constitucional de ser plural, inclusiva e multicultural (FILIZOLA, 2019). Dever que precisa ser estimulado e reforçado por meio do conhecimento e implementação da Lei 10.639/03.

Entendemos que o trabalho de conhecimento e implantação da Lei 10.639/2003, através de uma abordagem interdisciplinar, seja

feito nas escolas contemplando a diversidade existente nesses espaços, desmistificando a ideia Oliveira de demonização dos conhecimentos espirituais e éticos oriundos do continente africano. (FILIZOLA, 2019, p. 135).

As pesquisas demonstram que apesar de todos os conflitos enfrentados nas escolas, dentro dos Terreiros, as crianças de Axé vivenciam sua religião e são felizes, pois coletivamente aprendem e ensinam, na medida em que os Terreiros são espaços sagrados, onde se vivencia um constante processo de descobertas de si, dos outros e do mundo. Descobertas sempre pautadas no ensino e na aprendizagem (OLIVEIRA; ALMIRANTE, 2014; LIRA; FERREIRA, 2018).

## **METODOLOGIA**

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica nacional, desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa, onde obtemos informações aprofundadas sobre pensamentos e teorias de autores e autoras, com base no tema estudado: “Educação e intolerância religiosa: Crianças de Axé e discriminações enfrentadas no ambiente escolar”. Para tal, utilizamos como banco de dados o Banco Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), sendo selecionados - conforme as chaves de busca - produções científicas, que abordassem questões relacionadas ao racismo religioso sofrido pelas crianças de Axé dentro das instituições de ensino.

Nesta perspectiva, os seguintes termos de pesquisa (palavras-chaves e delimitadores) foram utilizados em várias combinações: “Racismo Religioso, Tese de Doutorado”; “Racismo Religioso, Dissertação de mestrado”; “Racismo religioso nas escolas”.

Assim selecionamos trabalhos acadêmicos publicados entre os anos de 2010 a 2020, entre eles estão: A Dissertação de Kássia Mota de Sousa publicada em 2010; A Tese de Rachel Rua Baptista Bakke em 2011; O Livro “Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com com crianças de Candomblé de Stela Guedes Caputo, publicado em 2012; A Dissertação de Ariene Gomes de Oliveira publicada em 2014; A Tese de Patrício Carneiro Araújo defendida em 2015; Duas dissertações em 2016 uma de Isabelle de Lacerda Nascentes Coelho e a outra de Ellen de Lima

Souza; Uma Tese de Isabel Cristina dos Santos em 2016; Três dissertações publicadas em 2019, uma de Pamela Cristina dos Santos, outra de Sérgio Teixeira da Silva e a outra de Gustavo Jaime Filizola e o memorial de Claudia Braga Maia publicado em 2020.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Assim como os adultos, crianças também são estigmatizadas por conta da fé, pois são vítimas do racismo religioso, sofrendo desde a infância com as atitudes intolerantes que estão entranhadas na sociedade. No período de seu Mestrado, Kássia Mota de Sousa (2010) observou nas entrevistas realizadas com as crianças de Juazeiro Norte e na comunidade escolar o quanto a intolerância religiosa está presente nos ambientes educacionais e o quanto é desafiador para elas frequentar um ambiente onde são “demonizadas” por pertencerem às religiões de Matrizes Africanas. Quando se tem o contato direto com as crianças pode-se observar o quanto o racismo está envolvido com a religiosidade.

A escuta, a observação da realidade, as entrevistas com a comunidade religiosa e escolar, nos demonstram que as crianças candomblecistas, por seu pertencimento religioso, são vítimas de inúmeras discriminações. Percebemos assim, que a intolerância religiosa contra o Candomblé e as outras religiões de Matrizes Africanas são mais um mecanismo de reprodução da “Ideologia do Racismo”.

Ao mesmo tempo em que a criança sente-se orgulhosa por sua religião dentro dos terreiros, fora deles, costuma negar e ocultar sua fé, devido ao desconhecimento e julgamento pejorativo da mesma. Neste sentido, a Lei 10.639/03 foi estabelecida com o intuito de também abordar em sala de aula as religiosidades de Matriz Africana, porém se não colocada em prática a desinformação só faz aumentar os caso de racismo religioso,

sendo preciso continuada formação docente para que a mesma seja aplicada de maneira correta e eficaz (BAKKE, 2011).

Os ensinamentos dentro dos terreiros formam as crianças cidadãs, que levam a sério o respeito e o acolhimento para com o próximo. Em sua dissertação, Ariene Gomes de Oliveira (2014) trouxe como campo de pesquisa o Terreiro de Candomblé Ilê Axé Xangô Airà em Caruaru/Pernambuco de Nação Ketu. Conforme suas observações, a educação nos terreiros promove o reencontro com os valores da tradição cultural africana, assim como a obediência em relação à hierarquia através de uma metodologia relacionada à vivência comunitária, onde a observação participante e a repetição se constituem na chave para esse aprendizado (OLIVEIRA, 2014).

O respeito sempre será algo primordial dentro dos terreiros, principalmente quando trata-se de questões hierárquicas, pois os costumes da religião valorizam o respeito mútuo para com os mais velhos perante os Orixás e/ou demais entidades.

A falta de respeito e informação resultam nos casos de perseguição que os povos de matrizes africanas sofrem constantemente. Patrício Carneiro Araújo (2015, p. 7) ao observar o seu objeto de pesquisa no período de produção da sua Tese comenta sobre um crescimento assustador nos casos de conflitos que denunciam a terrível relação entre o Racismo e a Intolerância Religiosa, com isso afirma que: *“A situação atual da intolerância religiosa e do racismo no Brasil e intolerância essa que também se faz presente no universo escolar, faz com que a implementação da Lei 10.639/03 não seja satisfatória e não atendam as reais expectativas”*.

Com relação à implantação da Lei, Coelho (2016) conclui que na realidade da maioria das escolas, ainda predomina a precarização, o voluntarismo e a iniciativa individual dos docentes engajados em movimentos sociais e/ou autodidatas. Constatando a escassez das secretarias de educação quando se fala em formação continuada para professores e equipe escolar, no sentido da correta aplicabilidade da legislação, essas questões

ficam voltadas para as escolas, que podem ou não compactuar com concepções curriculares racistas.

Os Terreiros são templos sagrados onde as crianças vivem em um constante processo de aprendizagem, o contato com a natureza e a ancestralidade as tornam sábias e respeitadas. As brincadeiras que também fazem parte das infâncias nos terreiros contribuem para o crescimento e evolução das mesmas (LIRA; FERREIRA, 2018). Em sua tese para o Doutorado, Ellen de Lima Souza (2016) fala da importância de acolher as crianças para que se tenha garantido uma vida adulta livre do racismo e pautada no respeito a qualquer tipo de diversidade para as próximas gerações.

Para se falar de história Africana e Afro-Brasileira é preciso falar das religiosidades, pois as mesmas compõe a história desse povo, entretanto quando o assunto em pauta é voltado para as religiosidades da África, Isabel Cristina dos Santos (2016) - em entrevistas realizadas com Docentes do estado Paraná - em sua dissertação, observa e fala das dificuldades que esses profissionais enfrentam ao abordar tais questões em suas aulas.

Por tal motivo, as crianças que possuem essa jornada dupla de Terreiro/Escola se sentem mais confortáveis dentro de seus Terreiros, pois existem outros ângulos a serem explorados e fazemos destaque para as relações estabelecidas entre as crianças dentro dos Terreiros um ambiente de respeito mútuo (SANTOS, 2019).

O racismo religioso pode não só afastar o aluno da escola como também resultar na evasão escolar, como conta a autora do livro Educação nos Terreiros Stela Guedes Caputo (2012) ao entrevistar uma avó que relata que seus dois netos, ambos praticantes do Candomblé, saíram da escola em que estudavam porque uma professora “*passava óleo ungido na testa dos alunos para que todos ficassem mais tranquilos e para tirar o Diabo de quem fosse do Candomblé.*” É possível compreender o quanto a falta de informação é séria e prejudicial para a sociedade.

Outro fato ocorrido durante as pesquisas de Caputo (2012, p. 199) foi o de uma jovem entrevistada pela autora, que comenta sobre sua ida à

escola: “Quando vou para a escola sempre uso camisas de mangas para que cubram as curas”. Logo em seguida ela afirmou não ir mais para a escola com seus colares e guias do Candomblé justamente por se sentir envergonhada e para evitar mais discriminações.

É possível que casos como esses venham a ser evitados, como afirma (Silva, 2019) ao comentar em sua dissertação, após entrevistas realizadas em seu campo pesquisas, que se questões referentes à Lei 10.639/03 forem postas em práticas pelos educadores e educadoras, poderão contribuir com a minimização dos sentidos negativos que os sujeitos candomblecistas e umbandistas atribuem ao processo de escolarização.

O processo do racismo religioso com crianças de Axé engloba várias problemáticas, que merecem uma atenção especial, não só do governo através de políticas públicas, na verdade, Terreiro, família e escola também precisam dialogar para atenuar os efeitos do racismo religioso nas subjetividades das crianças de Axé, pautados na tolerância para com todos (FILIZOLA, 2019) e assim garantir o desenvolvimento das crianças de uma forma sadia e respeitosa perante a sociedade.

Em todos os trabalhos foi possível analisar e identificar questões acerca do racismo religioso contra as crianças de Axé nas escolas, mostrando o quanto o mesmo se encontra presente nas atitudes, falas e materiais didáticos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando falamos de respeito e tolerância para com o povo africano e afro-brasileiro, tal qual trazido pela canção do Afoxé Oyá Alaxé, precisamos: “Compreender um Deus sem cor, respeitar o negro e sua fé” (AFOXÉ OYÁ ALAXÉ, 2008). Vivemos em um país que é laico e a diversidade religiosa estará presente em qualquer lugar, nas escolas não seria diferente. A falta de respeito e a intolerância causam marcas que ficam registradas na memória e na subjetividade das vítimas.

Diante do exposto, pode-se ter a certeza da continuidade do andamento desta pesquisa, e assim concluir que a importância do respeito e da tolerância para com o próximo são pontos cruciais quando falamos das discriminações enfrentadas pelas crianças de Axé. A pesquisa bibliográfica nos demonstra o quanto o contexto político influencia no dia a dia dentro e fora das escolas.



Pois essas políticas públicas é que vão contribuir para o debates voltados ao racismo, dentre eles o religioso.

Os projetos políticos pedagógicos precisam defender e aplicar a Lei 10.639/2003 para que assim alcancem resultados, que venham a cessar os casos de intolerância e racismos nas escolas, de modo que as crianças de axé possam mostrar sua crença sem necessitar esconder e/ou ocultar os elementos sagrados do público em geral, tais quais, fios de conta, curas, trajes e etc.

Dentro de casa é necessário que as famílias observem as atitudes para que as crianças não reproduzam violências e discriminações no ambiente escolar, uma vez apresentarem atitudes desagradáveis. Por seu turno, os adultos precisam servir de bons exemplos para que as crianças se tornem cidadãos e cidadãs tolerantes, respeitando a sociedade em sua diversidade.

A criança de Axé sofre com atitudes oriundas de outras crianças, professores e/ou funcionários das escolas e materiais didáticos, são vários os agressores. A formação continuada voltada para a educação religiosa será de extrema importância para que os docentes possam compreender a importância da laicidade e colocar em prática a Lei 10.639/03 e assim valorizar a história da cultura Africana e Afro-Brasileira.

## REFERÊNCIAS

AFOXÉ OYÁ ALAXÉ. **Banta Banta, Criação da natureza**. Recife: Mundo melhor: 2008. 3:57.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

COELHO, Isabele de Lacerda Nascentes. **O Axé na sala de aula: Abordando as religiões Afro-Brasileiras no ensino de História**. 2016. 236 f. Dissertação (

Programa de mestrado profissional em ensino de História) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FILIZOLA, Gustavo Jaime. **As crianças de candomblé e a escola: Pensando sobre o racismo religioso.** 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, Tainá da Veiga. **Afro diário inclusão da religiosidade africana e afro brasileira na escola, para alunos do sexto ano do ensino fundamental.** 2017. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialista na Pós Graduação em História da África). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, Isabel Cristina dos. **O que Exú tem haver com a escola.** 2016. 137 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

SCHERER, Anelize Severo. **O lúdico e o desenvolvimento: A importância do brinquedo e da brincadeira segundo a teoria Vigotskiana.** 2013. 35 f. Monografia (Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Medianeira, Medianeira, 2013.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639.** 2011. 222 f. Tese (Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Sérgio Teixeira da. **Os/As educandos/as Candomblecistas e Umbandistas da Educação de Jovens e Adultos: Sentidos atribuídos ao processo de escolarização.** 2019. 254 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional Ensino e Docência do Departamento de Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUSA. Kássia Mota de. **Entre a escola e a religião: Desafios para crianças de candomblé em Juazeiro do Norte.** 2010. 145 f. Dissertação ( Pós – graduação em educação) Universidade do Ceará, Fortaleza, 2010.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. **Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico.** 242 f. Tese ( Programa de estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** Stela Guedes Caputo. 1. Rio de Janeiro. Ed. Pallas, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio e CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 2. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

BARROS, José Flávio Pessoa. **Xangô: A História que a Escola ainda não Contou.** In: VALLA, Victor Vincent. Religião e cultura popular. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

OLIVEIRA, Amurabi e ALMIRANTE, Kleverton Arthur de. **Aprendendo com o Axé: processos educativos no terreiro e o que as crianças pensam sobre ele e a escola.** 2014.

LIRA, Wagner Lins; FERREIRA, Hugo Monteiro. **“Crianças do Astral”:** a infância no Centro Ayahuasqueiro Flor de Jasmim. 2018

CRUZ, Ailton Machado da. **História e Cultura Afro-Brasileira: Uma análise da implementação da lei 10.639/03 no Colégio Cataratas do Iguaçu.** 2017

OLIVEIRA, Ariene Gomes de. **A Educação nos Terreiros de Caruaru/Pernambuco: Um encontro com as tradições africanas através dos Orixás.** 2014. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação contemporânea) Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2014.

SOUZA, Ellen de Lima. **Experiências de Infâncias com Produções de Culturas no Ilê Axé Omo Oxé Ibá Latam.** 2016. 179 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas) Universidade Federal de São Carlos ,São Carlos, 2016

SANTOS, Pamela Cristina dos. **Saravá as cartinhas: Relações Sócio-Raciais entre crianças negras e brancas na escola e no terreiro.** 2019. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

## **Agradecimentos**

Essa conquista agradeço e dedico a Deus, Oxalá, Iemanjá, Xangô e todos Orixás, minha Mãe Valdete Almeida, meu pai Antônio Carlos (Em memória), minha irmã carnal Renata Valeska, meu sobrinho Wilton Guilherme, eles são a base da minha vida.

Agradeço ao meu esposo Diego Filipe, pessoa que mais me incentivou a debruçar-me no mundo acadêmico e que é fonte de inspiração para qualquer pessoa que almeja vencer na vida através dos estudos.

Não poderia deixar de agradecer e engrandecer o nome do Ilê Obá Aganjú Okoloyá, (Terreiro de Mãe Amara) casa de Candomblé de tradição Nagô, meus irmãos e irmãs de santo em especial minha Mãe Amara - Obá Meji (Awô<sup>1</sup>), Minhas Madrinhas Maria Helena, Gabriela Sampaio e Hellayne Sampaio que me acolhem há uma década, cuidam da minha espiritualidade, do meu Orixá e plantaram em mim o Axé que me fez chegar até aqui.

Agradeço a Gustavo Filizola por ter me apresentado ao meu Orientador, o Professor Dr. Wagner Lins e ao mesmo por ter me aceito como seu orientando, ter me auxiliado com tanta paciência durante os últimos meses, contribuindo bastante em minha formação como pedagogo e cidadão. Agradeço ao meu tutor Paulo Fernando e a meus colegas de turma da UFRPE, em especial aos alunos do “fofoca educativa” sem eles essa licenciatura não teria graça nem sentido, agradeço imensamente a experiência adquirida como estagiário na Escola Municipal Dois Rios, no Recife e a todos e todas que compõem aquela instituição de ensino, em especial a aluna Allicia Vitória que me encantou desde o primeiro dia de estágio..

O caminho é longo e estou apenas iniciando uma trajetória que não terá fim, pois a educação e o conhecimento é algo que levarei por toda eternidade e o racismo religioso precisa ser combatido diariamente, essa

linha de pesquisa precisa de pesquisadores que possam contribuir com com o processo de ensino, aprendizagem e aceitação para com as crianças de Axé.

Concluo meus agradecimentos com uma fala de meu eterno Sacerdote Nelson Motta Sampaio - Ogum Jobi (Awô<sup>1</sup>), “A humildade é a firmeza do sucesso”. Axé!

<sup>1</sup> Termo utilizado quando se pronuncia o nome de adeptos do candomblé que faleceram.